

-
- Os migrantes que ninguém quer
 - Tailândia maltrata refugiados
-

Os migrantes que ninguém quer

Diário de Notícias_25 enero 2009

UMA ETNIA MINORITÁRIA SEM DIREITOS

Foi-lhes retirada a nacionalidade, confiscadas as terras, negados direitos políticos, restringida a liberdade de movimento. Vivem confinados na região de Arakan, no Norte da Birmânia, fronteira do Bangladesh, ou, em alternativa, em campo de refugiados neste país. Daqui partem à procura de melhor sorte (ou do pior dos destinos) recorrendo às redes de migração clandestina.

São os rohingya, minoria muçulmana a que a junta militar birmanesa retirou a nacionalidade em 1982, hoje tentada pela odisseia da travessia marítima entre as costas do Bangladesh e a Malásia ou a Tailândia.

Estes *boat people* do século XXI protagonizam a tragédia de todos os ilegais: desprezados nas regiões de origem, perseguidos nos países de destino, explorados pelas mafias do tráfico humano, não encontram lugar onde re- começar. A não ser, pontualmente, no Paquistão e Arábia Saudita.

Esta etnia birmanesa, mas afim da população do outro lado da fronteira em termos de idioma, cultura e religião, tem protagonizado vagas migratórias para o Bangladesh desde o final dos anos 70. Aqui vivem acantonados em condições degradantes em campos de refugiados, toleradas pelo Governo de Daca, até conseguirem dinheiro para a etapa seguinte - e a mais perigosa. Números de 2008 indicam que oito mil a 13 mil realizaram a travessia marítima do Bangladesh para a Tailândia, um dos destinos privilegiados pelos rohingyas. Mas aquele país tem adoptado uma política cada vez mais dura face aos rohingyas, de que é exemplo a decisão de devolver ao oceano Índico, na passada semana, cerca de mil ilegais desta etnia chegados às suas costas. O Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) denunciou esta situação, acusando o Governo tailandês de ter colocado os migrantes em barcos sem motor, com poucos alimentos e água, forma indirecta de os condenar à morte. Testemunhos de sobreviventes confirmaram as acusações do ACNUR.

Para outros rohingyas, a viagem pode terminar mesmo na morte, como esteve quase a suceder em Março de 2008, quando uma frágil e sobrelotada embarcação foi interceptada pela Marinha de Guerra do Sri Lanka. A bordo estavam mais de 70 pessoas, que andavam à deriva havia três semanas no oceano Índico, devido a uma avaria no motor do barco; outras 20 tinham morrido de fome e sede. A ONG Projecto Arakan, que trabalha com os rohingya, identifica ainda um outro risco - igualmente mortal. Para dissuadir os ilegais, há registo de as Marinhas da Tailândia e da Malásia, segundo alguns relatos, abrirem fogo sobre as embarcações para as afundar. Prática também seguida pela Marinha birmanesa.

Os rohingyas pagam o equivalente a 200 euros por uma viagem até ao sul da Tailândia (região predominantemente muçulmana) ou 500 a 700 euros (uma fortuna para os padrões de vida locais) até à Malásia. Se nada correr mal, a travessia dura uma semana. Mas, além de poderem ser devolvidos ao mar, como se viu, os rohingyas correm o risco de, uma vez detidos, serem repatriados para uma região isolada na fronteira com a Birmânia controlada pelas mafias do tráfico humano. Proibidos pelos birmaneses de passarem para o lado de lá e impedidos de se movimentarem na Tailândia, os ilegais vivem como reféns dos traficantes. Estes exigem-lhes mais dinheiro para puderem abandonarem o cativeiro; não o conseguindo reunir, muitos acabam por ser vendidos para trabalho escravo num claro exemplo de um grupo étnico sem direitos, nem dentro nem fora do seu país.

Tailândia maltrata refugiados

Fatima Missionaria_21 enero 2009

Um barco com 126 pessoas foi detectado em águas tailandesas. Mas há preocupação com o destino dos seus passageiros: 46 pessoas estarão à deriva no mar

Havia 126 pessoas a bordo do navio que está agora às ordens da alfândega tailandesa e as Nações Unidas temem pelo seu bem-estar, pelo que o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) solicitou esta terça-feira acesso ao grupo de apátridas muçulmanos que fugiram da Birmânia. O ACNUR quer determinar as necessidades de protecção internacional que este grupo pede.

Na semana passada, o Alto Comissariado mostrou-se muito preocupado com alegadas notícias que davam conta que o Governo de Bangucoque tinha interceptado um grande número de pessoas de etnia Rohingya, num barco em águas tailandesas, rebocando-as de regresso para alto mar e deixando-as a morrer. A agência tem informações que 80 dos refugiados Rohingya estão detidos em Koh Sai Daeng, uma ilha ao largo da costa da Tailândia, no mar de Andaman, mas o paradeiro de outras 46 pessoas é desconhecido, depois de militares tailandeses os terem colocado deliberadamente à deriva no mar na sexta-feira passada.

-
- **Tailândia acusada de matar imigrantes à fome e à sede**
 - **Mianmar: Dissidente é condenado a 104 anos de prisão**
 - **FIÉIS NÃO PODEM SE REUNIR EM MIANMAR**
-

Tailândia acusada de matar imigrantes à fome e à sede

Sol - 15 Jan 2009

As autoridades tailandesas estão a ser acusadas de terem tentado enviar centenas de pessoas para uma morte certa, à deriva no mar, sem comida nem água, de mãos e pés atados. Cerca de 500 vítimas foram salvas e recuperam agora de desidratação aguda. Segundo a BBC e a imprensa indiana, cerca de 500 imigrantes ilegais deram à costa das Ilhas Andamão (Índia) com sinais de desidratação e insolação agudas.

As vítimas encontravam-se dentro de barcos sem motor e estiveram duas semanas à deriva. Nos primeiros dias, estiveram de mãos e pés atados. Foi assim que os soldados tailandeses os enviaram para o mar, acusam.

O grupo tinha saído do Bangladesh e da Birmânia em Novembro, por mar, em busca de uma vida melhor na relativamente próspera Tailândia. Chegados ao destino, foram interceptados pelas forças tailandesas, que os enviaram de volta para o mar. Estivemos sem água nem comida. Eles queriam claramente que morressemos nos barcos», acusa Zaw Win, um dos imigrantes resgatados pelos indianos.

Segundo alguns dos sobreviventes, há ainda centenas de imigrantes ilegais desaparecidos no Oceano Índico que terão recebido igual tratamento das autoridades tailandesas. Outro sobrevivente garante que um familiar passou pela mesma experiência até ser salvo na costa das Ilhas Andamão. «O meu filho disse-me que no barco dele muitos morreram de desidratação e de fome, e que muitos preferiram saltar para o mar», contou à BBC. Bangucoque recusa comentar a polémica, mas a BBC cita fontes não-oficiais que admitem que esta é uma prática corrente.

Mianmar: Dissidente é condenado a 104 anos de prisão

Terra Brasil - 14 Jan 2009

Um membro de um grupo dissidente de Mianmar (Mianmar), país que está sob uma ditadura militar desde 1962, foi condenado a 104 anos de prisão por reunião ilegal e outros crimes contra o Estado, informou hoje a Associação de Assistência aos Prisioneiros Políticos (AAPP, sigla em inglês).

"Bo Min Yu Ko, conhecido como Phyo Gyi e de cerca de 20 anos, foi detido no dia 18 de setembro de 2008. Ele foi condenado no dia 3 de janeiro nos julgamentos de (a cidade) Mandalay. Ele não teve um advogado de defesa e sua família não pôde ir ao julgamento", denunciou em comunicado de imprensa a AAPP, com sede em Mae Son, na Tailândia.

O jovem fazia parte da Federação Birmanesa de Sindicatos de Estudantes. O secretário da associação, Bo Kyi, afirmou que "os tribunais não são independentes e cumprem ordens do regime", por isto tratam melhor os traficantes que os dissidentes. Segundo a AAPP, 280 ativistas políticos foram condenados desde outubro passado em Mianmar.

FIÉIS NÃO PODEM SE REUNIR EM MIANMAR

Radio Vaticana_14 Jan 2009

Religiosidade reprimida em Mianmar: ritos e orações estão proibidos, inclusive em edifícios particulares e residências, que podem ser interditados caso a norma seja desrespeitada. Há tempos, a junta militar não concede licenças para construir igrejas ou locais de culto.

Segundo a Agência Asianews, o Ministério de Assuntos Religiosos ordenou aos proprietários de imóveis a assinarem um acordo que proíbe a presença de grupos de oração e práticas religiosas em seus edifícios. "Recentemente – explicam as fontes – funcionários do Ministério convocaram os proprietários de edifícios usados como casas de oração e lhes entregaram a ordem, que estabelece a proibição de se reunir para rezar, ensinar o catecismo ou estudar o Alcorão. Aqueles que violarem a disposição terão seu imóvel 'sequestrado' ou 'fechado'".

O governo de Mianmar – prossegue a Agência Asianews – suspendeu em 1990 a emissão de certidões de propriedade de terrenos para organizações religiosas, impedindo, assim, a construção de igrejas e locais de culto. A decisão levou muitos fiéis e pastores a reunirem-se em residências particulares, quase sempre alugadas. Somente em Rangun, existem pelo menos 50 igrejas cristãs domésticas e locais de oração para muçulmanos.